

# Termo de Referência 3/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	153262-IMPrensa UNIVERSITARIA /UFMG	PAULO ROBERTO VALSECHI CARNEIRO	29/05/2025 15:12 (v 25.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23072.232819 /2024-71

## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento gráfico, *impressora offset plana, número de série 103, modelo Lithrone – LS429P, fabricante/marca Komori, número de patrimônio 001180476-9*, instalado na Imprensa Universitária da UFMG - UASG 153262, incluindo fornecimento de peças e componentes, por um período de 5 (cinco) anos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade total (5 anos)	Valor Máximo aceitável
1 (G 1)	Serviços de manutenção de manutenção preventiva e corretiva em impressora gráfica offset plana, marca/fabricante Komori, modelo Lithrone LS429P - quatro cores, com unidade de verniz, nº de série 103, patrimônio nº 001180476-9.  <u>CATSER: 5479</u>	Hora técnica	1.000	R\$ 467.360,00
2 (G 1)	Fornecimento de peças/componentes para impressora gráfica offset plana, marca /fabricante Komori, modelo Lithrone LS429P - quatro cores, com unidade de verniz, nº de série 103, patrimônio nº 001180476-9.  <u>CATMAT: 446338</u>	Unidade	5	R\$ 1.758.783,00

Valor Máximo Global aceitável:

**R\$ 2.226.143,00**

**(dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, cento e quarenta e três reais)**

**1.2.** Os serviços, objetos desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.**

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da data da última assinatura no Termo de Contrato, podendo ser prorrogada por até 10 (dez) anos, nos termos dos **art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.**

**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.6.** Após consulta realizada junto ao **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª Edição - Outubro /2024, através do Portal da Advocacia-Geral da União/AGU (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>)**, verifica-se nos termos do **artigo 33, inciso IV, da Lei nº12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº362, de 23/06 /2005,** os seguintes requisitos referentes aos serviços a serem prestados:

**1.6.1.** Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- a) que esteja previamente registrado na ANP;*
- b) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;*
- c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;*
- d) classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;*
- e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.*

**1.7.** O critério de julgamento para o **item 1** do Grupo 1 será o de **MENOR PREÇO**.

**1.8.** Considerando a impossibilidade de determinar previamente quais peças e respectivos quantitativos serão necessários para atender às demandas da unidade ao longo da vigência contratual (5 anos), o critério de julgamento para o **item 2** do Grupo 1 será o **MAIOR DESCONTO** aplicado sobre os preços dos produtos constantes na tabela oficial do fabricante do equipamento. Assim, poderão ser adquiridas quaisquer peças e componentes originais para reposição na impressora gráfica durante o período contratual, onde a cada aquisição incidirá o desconto ofertado.

**1.8.1.** Para fins de oferta de lances ao **item 2**, foi estabelecido **percentual mínimo de desconto de 5%** (cinco por cento) a ser aplicado sobre o valor total estimado de reposição das peças.

**1.8.2.** O valor total estimado destinado à reposição de peças e componentes junto ao equipamento gráfico ao longo da vigência contratual (5 anos) é de **R\$ 1.758.783,00 (um milhão, setecentos e**

**cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e três reais),** tendo como referência a relação das peças mais sujeitas a desgastes e substituições durante o período de 5 (cinco) anos, conforme a discriminação de peças, quantitativos e valores constantes na tabela do fabricante, encaminhada pelo seu representante exclusivo no Brasil, **Anexo I** deste Termo de Referência;

**1.8.3.** Os licitantes deverão atentar apenas para o percentual de desconto por eles ofertado ao item 2, o qual será objeto de adjudicação.

**1.9.** Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **menor valor global para o Grupo 1** e atender às exigências fixadas neste Termo de Referência e no Edital.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DESCRIÇÃO DA NECESSID.**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no ***Plano de Contratações Anual 2025***, conforme consta no Anexo V dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

**4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1.** Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019, e que atenda a requisitos estabelecidos no Guia.

### **Subcontratação**

**4.2.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

4.6.2. A vistoria será realizada nas dependências da **Imprensa Universitária da UFMG – UASG 153262 – No endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 6.627 – Campus da Pampulha – CEP: 31.270-901 – Belo Horizonte/MG;**

4.6.3. Para realização da vistoria, o licitante deverá encaminhar solicitação ao e-mail: **scompras@imprensa.ufmg.br**, com antecedência mínima de 24 horas da data desejada para vistoria, informando os dados do representante da empresa, dia e horário pretendido.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.9. Os requisitos da contratação abrangem ainda o seguinte:

4.9.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.9.2. Os serviços deverão ser prestados por empresa) cujo ramo de atividade seja compatível com serviços técnicos de manutenção em equipamentos gráficos;

4.9.3. A contratação terá duração inicial de 5 (cinco) anos, contados da data da última assinatura no Termo de Contrato;

4.9.4. Os serviços serão prestados nas dependências da **Imprensa Universitária/UFMG – UASG153262, no endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos nº 6.627 – Campus da Pampulha – CEP: 31.270-901 – Belo Horizonte/MG**, não havendo necessidade de deslocamento do equipamento, objeto das manutenções, para locais diversos;

4.9.5. A contratada deverá observar as recomendações do fabricante do equipamento e as normas técnicas aplicáveis a cada caso;

4.9.6. A contratada não deve utilizar substâncias e/ou produtos classificados como carcinogênicos, teratogênicos e mutagênicos;

4.9.7. A contratada deverá retirar materiais descartados em razão dos serviços (resíduos sólidos e líquidos dos equipamentos, tais como óleos, graxas, fluídos, correias, filtros e outros), e destiná-los

adequadamente, de acordo com as normas ambientais, e comprovar à Contratante a entrega do (s) material (is) á empresa recicladora/recolhedora, quando solicitada pelo fiscal do contrato;

**4.9.8. A empresa contratada ou seus(s) profissional(is) técnico(s) responsável(is) pelas manutenções junto ao equipamento, deverá(ão) possuir conhecimento técnico em manutenção de máquinas da linha Komori Lithrone, geração eletrônica da indústria Komori Corporation, a ser comprovado por meio da apresentação de Atestado emitido pelo fabricante Komori Corporation ou por seu representante oficial no Brasil;**

**4.9.9.** O contratado deverá possuir ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, e que esteja com credenciamento ativo e regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**4.9.10.** O contratado não poderá empregar menor de 18 anos em trabalho, noturno, insalubre ou perigoso e não poderá empregar menos de 16 anos, salvo a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

**4.9.11.** O contratado não poderá possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.9.12.** O contratado não poderá possuir sanção impeditiva de contratação nos seguintes cadastros:

*a) SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores);*

*b) Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);*

*c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));*

*d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (<https://www.tst.jus.br/certidao1>);*

*e) Certidão Negativa de Processo - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>);*

*f) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (<https://siafi.tesouro.gov.br/>);*

*g) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);*

*h) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;*

*i) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos (<https://contas.tcu.gov.br/>).*

**4.9.13.** O contratado deverá cumprir com todas as exigências referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme disposto na Minuta do Edital.

**4.10.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

**4.11.** A quantidade total estimada de horas técnicas de serviços de manutenção preventiva e corretiva junto ao equipamento, correspondente ao período de 5 (cinco) anos, é de **1000 (mil) horas técnicas.**

**4.12.** O valor total estimado destinado à reposição de peças e componentes para o equipamento gráfico, referente ao período de 5 (cinco) anos, é de **R\$ 1.758.783,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil,**

**setecentos e oitenta e três reais), conforme tabela do fabricante encaminhada por seu representante exclusivo no Brasil, Anexo I deste Termo.**

## **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços somente após o recebimento da Ordem de Serviços (OS) expedida pela Imprensa Universitária/UFGM – UASG 153262, contendo autorização específica para tal fim;

**5.1.2.** A abertura de chamados será feita pelo fiscal do contrato, diretamente à (s) empresa (s) Contratada (s);

**5.1.3.** A Contratada deverá disponibilizar suporte de atendimento em horário comercial, com possibilidade de abertura de chamados para solicitação de serviços por telefone ou e-mail, ou mensagem de whatsapp;

**5.1.4.** O agendamento com a Contratada deverá ser realizado por telefone ou email, com a data e o horário previstos para a execução dos serviços, informando, o nome dos funcionários e outras informações que se fizerem necessárias;

**5.1.5.** As manutenções deverão ser realizadas no horário de expediente comercial, das 7h às 11h30min e das 12h30min às 16h, de segunda a sexta-feira, podendo ser executadas em horários diversos, desde que, solicitado ou autorizado previamente pelo fiscal do contrato;

**5.1.6.** O atendimento dos chamados efetuados em horário comercial deverá iniciar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do chamado, devendo ser concluídos em até 5 (cinco) dias úteis;

**5.1.7.** A Contratada poderá solicitar prorrogação do prazo, justificadamente, cabendo ao fiscal do contrato a decisão pela concessão;

**5.1.8.** A Contratada não poderá cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, hospedagem, e demais custos;

**5.1.9.** A Contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato, quando solicitado, o controle de manutenções preventivas e corretivas, juntamente com o cronograma de execução de atividades;

**5.1.10.** Quando for necessário remover equipamentos, peças ou acessórios para seu laboratório, incumbe à Contratada toda a logística de remoção, incluindo a desinstalação, acondicionamento, transporte e reinstalação, às suas expensas e responsabilidade pela integridade do item, mediante prévia autorização, por escrito, pelo fiscal do contrato.

**5.1.10.1.** A partir do momento da desinstalação do equipamento, acessório ou peça, até que seja efetuada a reinstalação, a Contratada será considerada fiel depositária dos respectivos bens.

**5.1.11.** No caso de a empresa contratada vir a prejudicar ou sujar áreas, incluídas ou não no setor de seu trabalho, como resultado de suas atividades, deverá recuperá-las ou limpá-las, deixando-as em seu estado original;

**5.1.12.** Os serviços devem ser prestados em estrita observância às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

**5.1.13.** A qualquer tempo, o fiscal do contrato poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada;

**5.1.14.** Ao término de cada atendimento, a empresa contratada deverá enviar relatório ao fiscal do contrato, contendo todas as informações especificadas nos itens anteriores, bem como quaisquer outras informações necessárias para atualização do registro de manutenção do equipamento objeto do chamado. O fiscal do contrato ou servidor por ele designado assinará o relatório, confirmando o encerramento do chamado;

**5.1.15.** A manutenção preventiva e corretiva no equipamento gráfico, impressora offset plana - fabricante Komori, é essencial para garantir o desempenho adequado, a confiabilidade e a vida útil prolongada bem pertencente à Imprensa Universitária/UFMG - UASG 153262.

## **5.2. Manutenção Preventiva:**

Compreende o conjunto de intervenções técnicas programadas, realizadas periodicamente, para evitar a ocorrência de falhas ou defeitos nos equipamentos, de modo a evitar a ocorrência de defeitos, e consequentemente falhas na produção de materiais gráficos pela unidade, garantindo assim, o desempenho e durabilidade dos bens.

A manutenção preventiva busca identificar e corrigir problemas potenciais antes que se transformem em falhas significativas, dessa forma, reduzindo as chances de paradas inesperadas e danos ao equipamento.

Ao realizar inspeções regulares e substituir peças desgastadas, o equipamento gráfico torna-se mais disponível para a produção, minimizando interrupções e atrasos na produção de impressos diversos, tais como livros, apostilas, agendas.

Através dos serviços, o equipamento é ajustado corretamente, proporcionando um desempenho mais consistente, e resultando em impressos gráficos de melhor qualidade e menor desperdício de insumos necessários à produção.

A manutenção preventiva, proporciona ainda, a conservação do equipamento gráfico, tendo em vista que, a correção de problemas antes que se agravem evita reparos mais onerosos ou a necessidade de substituição precoce de peças e máquina inteira.

**5.2.1.** As manutenções preventivas deverão ocorrer sempre por solicitação do fiscal do contrato. A periodicidade recomendada é de 1 (um) serviço de manutenção preventiva no equipamento gráfico, constante no Grupo especificado no subitem 1.1 a cada 3 (três) meses;

**5.2.2.** A manutenção preventiva atenderá, no mínimo, as atividades abaixo:

- a) Verificar ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários;*
- b) Verificar e eliminar sujeiras, danos, ferrugens e corrosões;*
- c) Lubrificar partes móveis dos equipamentos;*
- d) Inspeccionar tensão, registrar corrente elétrica;*

- e) Verificar possíveis vazamentos de óleos e fluídos;*
- f) Conferir componentes elétricos, sensores e outros;*
- g) Eliminar vibrações;*
- h) Realizar ajustes;*
- i) Limpeza interna e externa;*
- j) Verificação eletrônica e mecânica;*
- k) Apresentar checklist de manutenção preventiva com diagnóstico do aparelho.*

**5.2.3.** O atendimento para as manutenções preventivas ocorrerá em data e horário a serem definidos em comum acordo entre o gestor do contrato e os técnicos da contratada, obedecendo-se ao horário comercial;

**5.2.4.** Os serviços de manutenção preventiva serão executados no local onde o equipamento encontra-se instalado: **Prédio da Imprensa Universitária da UFMG – UASG 153262 – Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 6.627 – Campus da Pampulha – CEP: 31.270-901 – Belo Horizonte/MG.**

### **5.3. Manutenção Corretiva:**

Compreende os serviços necessários para sanar falhas ou defeitos no equipamento e restabelecer o funcionamento regular do mesmo.

Consiste na execução de serviços, sob chamado, para correção de defeitos técnicos, reparação de peças, limpeza e ajustes necessários, compreendendo, inclusive, a substituição de peças ou de seus componentes.

**5.3.1.** A manutenção corretiva visa recolocar o equipamento em perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, os serviços para substituição de peças e componentes, ajustes e demais reparos necessários, de acordo com as normas técnicas e recomendações do fabricante;

**5.3.2.** Os serviços de manutenção corretiva serão executados no local onde o equipamento encontra-se instalado, exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo até a oficina da Contratada, ocasião em que será necessária a autorização do fiscal do contrato. Os custos com remoção e deslocamento do equipamento defeituoso não trará qualquer ônus adicional para a Imprensa Universitária/UFMG – UASG 153262.

**5.3.2.1.** Caso seja necessária a remoção do equipamento para uma manutenção corretiva em local onde a empresa tenha melhor estrutura, deverão ser informadas a identificação do funcionário, a data e o horário da retirada, a unidade e o departamento, o número de patrimônio e descrição do bem, e prazo da execução do serviço, mediante autorização e assinatura do Fiscal;

**5.3.2.2.** É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a perda, o roubo, dano ou o extravio da peça e/ou equipamento, bem como todas as despesas, inclusive às de transporte.

**5.3.3.** Sempre que for constatada a necessidade de substituição de peças, a empresa contratada deverá apresentar relatório detalhado ao fiscal do contrato, contendo, no mínimo, os seguintes itens:

- a) nome da empresa;*
- b) identificação do equipamento defeituoso através do número de patrimônio ou número de série, local, marca e modelo;*
- c) relato do problema ocorrido;*



- d) especificação completa das peças a serem substituídas;*
- e) preço unitário e preço global;*
- f) garantia da peça;*
- g) data do início e término da manutenção;*
- h) identificação do técnico que realizou os serviços;*
- i) assinatura do preposto.*

**5.3.4.** A manutenção corretiva consistirá no fornecimento de peças e/ou insumos, sempre que o equipamento apresentar algum tipo de defeito ou parar de funcionar, inclusive quando for detectada durante a manutenção preventiva a necessidade de recuperação ou substituição de peças com avarias, que venham a prejudicar o funcionamento do equipamento;

**5.3.5.** O técnico deverá revisar o equipamento, inclusive quanto às instalações elétricas. Caso o problema tenha sido originado por problemas elétricos na instalação, a empresa contratada deverá emitir relatório técnico conclusivo, informando as causas, as medições realizadas no local e as medidas preventivas para se evitar problemas futuros;

**5.3.6.** Todas as manutenções serão realizadas sob demanda;

**5.3.7.** A equipe técnica da Contratada deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolver as diversas atividades necessárias à execução dos serviços;

**5.3.8.** Caso haja a necessidade de instalação e desinstalação do equipamento para a realização do serviço, a contratada se responsabilizará pela desinstalação e posterior instalação da máquina e pela limpeza do local de execução do serviço, garantindo a manutenção do ambiente de maneira como foi encontrado;

**5.3.9.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no proposto na Ordem de Serviço, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

**5.3.10.** Os serviços realizados que impliquem ônus extra para a Imprensa Universitária/UFMG, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à Contratada qualquer alegação em contrário.

**5.3.11.** Os serviços serão executados no local onde o equipamento encontra-se instalado: **Prédio da Imprensa Universitária da UFMG – UASG 153262 – Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 6.627 – Campus da Pampulha – CEP: 31.270-901 – Belo Horizonte/MG.**

**5.4.** A prestação dos serviços incluirá a utilização de equipamentos, ferramentas e utensílios necessários às operações de manutenção preventiva, corretiva, retirada/desmontagem e montagem de peças e partes do equipamento, testes de funcionamento e revisões, incluindo ainda, o uso de graxas, óleos lubrificantes, sprays lubrificantes, desengripantes, e todos insumos necessários aos serviços.

**5.5.** Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- a) que esteja previamente registrado na ANP;*
- b) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;*

*c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;*

*d) classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;*

*e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.*

#### **5.6. Fornecimento de peças:**

**5.6.1.** O fornecimento abrangerá toda e qualquer peça, componente e acessório necessários à substituição e ao correto funcionamento da impressora gráfica, abrangendo peças manuais, mecânicas, elétricas, hidráulicas, eletrônicas;

**5.6.2.** As peças e componentes deverão ser originais, genuínas do fabricante do equipamento gráfico, novas, não podendo ser recondicionadas, remanufaturadas ou usadas;

**5.6.3.** A CONTRATADA oferecerá proposta de preço para todos os materiais, peças e componentes necessários à realização dos serviços corretivos, os quais, sendo aprovados, serão pagos pelos quantitativos efetivamente utilizados;

**5.6.4.** Os orçamentos apresentados pela Contratada deverão ser analisados minuciosamente e comparados com os valores existentes no mercado;

**5.6.5.** Somente serão pagos pela Imprensa Universitária/UFGM os valores referentes à aquisição das peças substituídas que forem aprovadas pelo fiscal do contrato;

**5.6.6.** O fiscal do contrato deverá realizar levantamento dos preços praticados no mercado local, mediante verificação de, no mínimo, 3 (três) outros orçamentos;

**5.6.7.** Se o valor da(s) peça(s) orçado pela empresa contratada for menor ou igual à média dos preços obtidos pelo fiscal do contrato, o serviço será executado pela Contratada, conforme orçamento por ela apresentado;

**5.6.8.** Se o preço orçado for superior à média constatada pelo fiscal do contrato, a Contratada deverá readequar o seu orçamento ou, se preferir, poderá adquirir as peças junto àquela empresa que apresentou o menor preço, e executar os serviços em conformidade com o previsto neste instrumento;

**5.6.9.** No caso de reposição de peças por conta da CONTRATADA, ela terá até 5 (cinco) dias úteis para solucionar a demanda, contados a partir da aprovação do orçamento apresentado;

**5.6.9.1.** No caso de reposição de peças de origem estrangeira, o prazo será de até 20 (vinte) dias úteis para solucionar a demanda, contados a partir da aprovação do orçamento apresentado.

**5.6.10.** Quando a Contratada demonstrar, justificadamente, a impossibilidade do atendimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a fiscalização do contrato diligenciará as informações fornecidas e poderá conceder a prorrogação do prazo;

**5.6.11.** A Contratada deverá repassar à Contratante os termos de garantia e manuais das peças, se houver;

**5.6.12.** Considerando a impossibilidade de determinar previamente quais peças e respectivos quantitativos serão necessários para atender às demandas da unidade ao longo da vigência contratual (5 anos), o critério de julgamento para o item 2 do Grupo 1 será o MAIOR DESCONTO aplicado sobre os

preços dos produtos constantes na tabela oficial do fabricante do equipamento. Assim, poderão ser adquiridas quaisquer peças e componentes originais para reposição na impressora gráfica durante o período contratual, onde a cada aquisição incidirá o desconto ofertado.

**5.6.12.1.** Para fins de oferta de lances ao item 2, foi estabelecido percentual mínimo de desconto de **5%** (cinco por cento) a ser aplicado sobre o valor total estimado de reposição das peças.

**5.6.12.2.** O valor total estimado destinado à reposição de peças e componentes ao longo da vigência contratual é de **R\$ 1.758.783,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e três reais)**, tendo como referência a relação das peças mais sujeitas a desgastes e substituições durante o período de 5 (cinco) anos, conforme a discriminação de peças, quantitativos e valores constantes na tabela do fabricante, encaminhada pelo seu representante exclusivo no Brasil, **Anexo I** deste Termo de Referência.

**5.6.13.** A CONTRATADA deverá entregar à fiscalização da CONTRATANTE os materiais substituídos, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos emergenciais;

**5.6.14.** As reposições ocorrerão sob demanda, de acordo com a necessidade de emprego de peças em manutenções corretivas;

**5.6.15.** Verificada a necessidade de substituição de peças e ou componentes, a CONTRATADA enviará à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a “Proposta de Orçamento” da peça e/ou do componente a ser substituída(o) no serviço corretivo, contendo necessariamente o preço unitário de cada item e o valor total da proposta;

**5.6.15.1.** Em se tratando de peças e componentes de origem estrangeira, o prazo máximo para envio da “Proposta de Orçamento” será de 05 (cinco) dias úteis.

**5.6.16.** São peças passíveis de troca, por desgaste ou quebra, todas as peças necessárias ao bom e correto funcionamento do equipamento constante deste Termo de Referência, quantas vezes se fizer necessário, a critério do gestor, incluindo-se: fiação elétrica do equipamento, rolamentos, fusíveis, botão, cabos e peças de reposição, dentre outras;

**5.6.17.** O Contratante poderá exigir da Contratada a comprovação da procedência original de peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive por meio de Notas Fiscais;

**5.6.18.** Para o reembolso, a Contratada deverá apresentar a nota fiscal/fatura específica de aquisição da (s) peça(s) substituída(s);

**5.6.19.** A Contratada efetuará, no período de garantia das peças utilizadas no conserto, independentemente de ser ou não o fabricante de tais insumos, a substituição das que apresentarem imperfeições, defeitos de fabricação, e quaisquer outras irregularidades ou divergências, ainda que constatadas depois do recebimento do equipamento, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE.

### **Especificação da garantia do serviço**

**5.7.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.8.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **Providências em atendimento aos critérios de sustentabilidade**

**5.9.** Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

**6.6.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.7.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

**6.8.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **Fiscalização**

**6.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **Fiscalização Técnica**

**6.10.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

**6.11.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

**6.12.** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

**6.13.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.14.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.15.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.15.1.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.15.2.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização Administrativa**

**6.16.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.17.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **Gestor do Contrato**

**6.18.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da

ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.19.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.20.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.21.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.22.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.23.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.24.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo II** deste Termo, **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços **OU** o disposto neste item.

**7.1.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.1.1.1.** não produzir os resultados acordados,

**7.1.1.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.1.1.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**7.3.1. TEMPESTIVIDADE:** Condição e tempo de execução do serviço contratado;

**7.3.2. CONFORMIDADE:** Condição de execução de um serviço com relação aos requisitos, conteúdos e formatos estabelecidos pela Contratante.

### **Do Recebimento**

**7.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.5.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.6.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.7.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.8.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.9.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.9.1.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**7.9.2.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

**7.9.3.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

**7.9.4.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

**7.9.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.10.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.11.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e

quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.11.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

**7.11.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.11.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.11.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**7.11.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.12.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.13.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.14.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.15.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.16.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.17.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.17.1.** o prazo de validade/garantia;

**7.17.2.** a data da emissão;

**7.17.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.17.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.17.5.** o valor a pagar; e

**7.17.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



**7.18.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**7.19.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.20.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.21.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.22.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.23.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.24.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

**7.25.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.26.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

**7.27.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.28.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.29.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.29.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.30.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

**7.31.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**7.31.1.** *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.*

**7.32.** A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.33.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**7.34.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

**7.35.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### Reajuste

**7.36.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/11/2024.

**7.37.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.38.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.39.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.40.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.41.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.42.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. DA FORMA E CRITÉRIOS SELEÇÃO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO para o item 1 e de MAIOR DESCONTO para o item 2 pertencentes ao Grupo 1.

**8.2.** Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação dos produtos que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.

**8.2.1.** O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:

**8.2.1.1.** o documento comprobatório do registro do óleo lubrificante na ANP;

**8.2.1.2.** o documento comprobatório da autorização do fabricante ou importador pela ANP para o exercício de sua atividade;

**8.2.1.3.** comprovação de que o rótulo tem informações em língua portuguesa discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;

**8.2.1.4.** no caso de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP) a comprovação da classificação do produto segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;

**8.2.1.5.** declaração sob as penas da lei de que o produto ofertado não se enquadra em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

### Regime de execução

**8.2.** O regime de execução a ser adotado para o contrato será o de "Empreitada por preço global".

### Exigências de habilitação

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**8.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.20.** Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**8.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.23.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

**8.24.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

**8.25.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**8.25.1.** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**8.25.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

**8.25.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**8.25.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.26.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

**8.27.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**8.28.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

**8.29.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**8.30.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.31.** A empresa contratada ou seus(s) profissional(is) técnico(s) responsável(is) pelas manutenções junto ao equipamento, deverá(ão) possuir conhecimento técnico em manutenção de máquinas da linha Komori Lithrone, geração eletrônica da indústria Komori Corporation, a ser comprovado por meio da apresentação de Atestado emitido pelo fabricante Komori Corporation ou por seu representante oficial no Brasil.

**8.32.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.32.1.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

**8.32.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

**8.32.3.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.33.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.33.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.33.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.33.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**8.33.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**8.33.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**8.33.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

**8.33.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo total estimado referente ao **item 1** do Grupo 1 da contratação é de **R\$ 467.360,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta reais), correspondente a 1.000 (mil) horas técnicas ao longo da vigência contratual.**

**9.2.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**9.3.** Referente ao item 2 do Grupo 1, para a aquisição de peças ao longo da vigência contratual (5 anos), foi estimado o valor total de **R\$ 1.758.783,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e três reais)**, tendo como referência a relação das peças mais sujeitas a desgastes e substituições durante o contrato, conforme a discriminação de peças, quantitativos e valores constantes na tabela encaminhada pelo representante exclusivo do fabricante no Brasil, **Anexo I** deste Termo de Referência.

## **10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**10.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

***I) Gestão/Unidade: 15229/153262;***

***II) Fonte de Recursos: 1000000000***

***III) Programa de Trabalho: 230045 (12364511320RK0031)***

***IV) Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ;***

***Elemento de Despesa: 339030 - Material de Consumo;***

***V) Plano Interno: M20RKQ0151N e M20RKG1971N.***

**10.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**11.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**11.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**11.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**11.2.4.** Multa:

**11.2.4.1.** *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.*

**11.2.4.2.** *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20 % (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.*

**11.2.4.4.** *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15 % (quinze por cento) a 20 % (vinte por cento) do valor da contratação.*

**11.2.4.5.** *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.*

**11.2.4.6.** *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

**11.2.4.7.** *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 8 % (oito por cento) do valor da contratação.*

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**11.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**11.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



**11.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**11.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**11.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**11.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**11.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**11.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**11.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. DOS ANEXOS**

**12.1.** Constituem anexos deste Termo de Referência:

**I - Tabela do fabricante - Estimativa de peças para reposição;**

**II - Estudo Técnico Preliminar nº 4/2024;**

**III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR).**

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto, atendendo adequadamente às demandas da instituição e aos benefícios pretendidos.

**ALEXANDRO GOMES DA CRUZ**

Membro da comissão de contratação

Despacho: O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto, atendendo adequadamente às demandas da instituição e aos benefícios pretendidos.

**JOSE SENA DOS SANTOS JUNIOR**

Membro da comissão de contratação

Despacho: O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto, atendendo adequadamente às demandas da instituição e aos benefícios pretendidos.

**PAULO ROBERTO VALSECHI CARNEIRO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 29/05/2025 às 15:12:10.*